



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001999-17.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Lyriss Brandão Storti Neres**
 Requerido: **Sandra Mara Bezerra**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LYRISS BRANDÃO STORTI NERES, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Sandra Mara Bezerra, alegando que em 22 de maio de 2013 trafegava com a motocicleta *Honda Biz* pela Rodovia SP-310 quando, na altura da alça de acesso à Rodovia SP-215 quando o réu, dirigindo o veículo *Fiat Palio* logo atrás da motocicleta, começou a forçar ultrapassagem e iniciou manobra pela direita da motocicleta, vindo a atingi-la e derruba-la, causando danos materiais de R\$ 2.200,00 e ainda ferimentos na pessoa da autora, que demandaram despesas médicas e com medicamentos que somaram de R\$ 844,73, além de ter lhe restado uma cicatriz no joelho esquerdo em razão da intervenção cirúrgica que se fez necessária, reclamando assim indenização pelo dano estético no valor de R\$ 20.000,00 e ainda uma indenização pelo dano moral no valor de outros R\$ 20.000,00, além de que seja o réu condenado a custear todo o tratamento necessário até final recuperação.

A ré contestou o pedido sustentando que a culpa pelo acidente cabe exclusivamente à autora que com sua motocicleta veio a abalroar a lateral traseira esquerda do veículo *Fiat Palio* que ela, ré, dirigia, destacando que trafegava com seu veículo em faixa de rolamento distinta daquela em que transitava a autora e que o fato de que essa faixa ficasse à direita daquela ocupada pela motocicleta não implica em infração de trânsito, impugnando os valores pleiteados pela autora a título de indenização uma vez que não há prova do dano estético nos autos.

A autora replicou reafirmando as teses da inicial, notadamente no que respeita à dinâmica do acidente, destacando que o fato da colisão ter ocorrido na lateral traseira esquerda do *Fiat Palio* demonstra a ultrapassagem forçada pela direita.

O feito foi instruído com prova pericial médica em com o depoimento pessoal das partes, que dispensaram prova testemunhal, e após a juntada do laudo pericial reafirmaram suas postulações.

É o relatório.

Decido.

Como posto na decisão que saneou o processo, são pontos controvertidos nesta demanda os fatos a.- de ter a ré abalroado a motocicleta quando forçava ultrapassagem pela direita, ou b.- de ter a autora abalroado a lateral traseira esquerda do *Fiat Palio* quando este seguia à sua frente, na faixa da direita da pista, c.- ao fato de ter a autora suportado dano estético consistente numa grande cicatriz no joelho esquerdo.

Em relação à dinâmica do acidente, a autora, ouvida, afirmou que a ré forçou ultrapassagem pela direita, em plena alça de acesso do trevo rodoviário, e que assim acabou por colidir com a motocicleta que ela, autora, conduzia (fls. 136), versão que, embora tenha a ré tentado desfazer, acaba prevalecendo, na medida em que esta última admite que, ao ingressar na alça de acesso do trevo, "viu a moto mais à frente", destacando que a moto "se mantinha à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

esquerda da pista", que, a ver da ré, seria a "faixa destinada à ultrapassagem", em razão do que "se manteve à direita até emparelhar com a moto", após o que, "ouviu o barulho da colisão" (vide fls. 138).

Como se vê, a manobra realizada pela ré já incide numa primeira ilicitude, ao buscar ultrapassar outro veículo pela direita, contrariando o disposto no inciso IX do art. 29, do Código de Trânsito Brasileiro, que expressamente determina seja a manobra em discussão realizada *"pela esquerda, (...), exceto se o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à esquerda"* (sic.), o que não era o caso.

Depois, e com o devido respeito à ré, a alça de acesso ao trevo da Rodovia SP-310 não é local onde a ultrapassagem seja manobra permitida.

Em primeiro lugar, porque como ficou evidenciado, não havia ali espaço (= largura de pista) suficiente para que o seu *Fiat* e também a motocicleta da autora pudessem passar ao mesmo tempo, e como reza a alínea *b.* do inciso XI do já referido art. 29, do Código de Trânsito Brasileiro, é obrigação do motorista que realiza a ultrapassagem *"afastar-se do usuário aos quais ultrapassa, de tal forma que deixe livre uma distância lateral de segurança"*.

E se o espaço para ultrapassagem era insuficiente no local, acaba a ré por infringir à regra de outro dispositivo do Código de Trânsito Brasileiro, o art. 202, que em seus incisos I e II expressamente define como infração a ultrapassagem *"pelo acostamento"* (I) ou *"em interseções e passagens de nível"* (II), aos quais a alça de acesso poderia ser equiparada.

Em resumo, a culpa da ré pela manobra de ultrapassagem da qual decorreu a colisão é, com o devido respeito, evidente a este Juízo.

Resta à análise a questão de ter a autora suportado dano estético consistente numa grande cicatriz no joelho esquerdo.

O laudo pericial médico concluiu que tenha restado à autora *"cicatriz no joelho esquerdo sem déficit funcional"* (vide fls. 158), sequela que, em termos estéticos, foi definida como *"dano estético de grau leve, determinado pela cicatriz no joelho esquerdo, sem necessidade de cirurgia plástica reparadora"* (loc. cit.).

Ou seja, houve dano estético, ainda que leve, de modo que passamos à liquidação dos danos.

A autora reclama seja a ré condenada a pagar os prejuízos materiais no valor de R\$ 3.044,73, a título de compra de medicamentos, curativos e despesas para conserto da motocicleta (vide fls. 76/82), valores não impugnados pela ré e que ficam, portanto, acolhidos.

Sobre essa importância deverá ser acrescida correção monetária pelos índices do INPC, a conta da data dos respectivos desembolsos, como ainda juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação.

A autora ainda reclama indenização por despesas e outros gastos necessários a custear sua convalescença até que concluída, no que pretende incluídos eventuais tratamentos por conta das sequelas, questão que o laudo pericial médico, como visto, afastou, ao afirmar que da cicatriz no joelho não decorria *"déficit funcional"* (vide fls. 158), tratando-se de *"dano estético de grau leve, determinado pela cicatriz no joelho esquerdo, sem necessidade de cirurgia plástica reparadora"* (loc. cit.).

Fica, portanto, rejeitada a indenização nessa parte.

Em seguida, a autora pretende a condenação da ré ao pagamento indenização no valor de R\$ 20.000,00 a título de danos morais e outros R\$ 20.000,00 a título de danos estéticos, com o que não havemos de concordar, atento a que a deformidade, quando *"ensejando a correção através de ato cirúrgico ou outras técnicas, será tida como dano de natureza material"*, ao tempo que, quando *"irreversível, converte-se em dano moral"* (cf. RUI STOCCO ¹).

No caso, como a cicatriz é irreversível, toma-se-a como dano moral, até porque,

¹ RUI STOCCO, *ob. cit.* Cap. XIII, nota 3.04, p. 1.193.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

como destacado no laudo, seu grau é leve.

Mas não é só, eis que a autora reclama o abalo moral também porque, “*além do acidente propriamente dito, os ferimentos que sofreu lhe geraram um período intenso de sofrimento físico e psíquico, com dores e tratamentos prolongados, além da própria fratura e cirurgia que necessitou se submeter*” (fls. 07), com o que havemos de concordar, pois o que se nota no caso analisado é que das lesões corporais em consequência do acidente restou mesmo à autora uma situação de dor física por vários dias, havendo nos autos prova documental de que o autor teria sido submetida a cirurgia por trauma ósseo (*vide fls. 16/19*), de modo que é pertinente considerar faça jus à indenização pelo que, juridicamente, deve ser qualificado como *dano à saúde*, o qual “*compromete por inteiro o 'modo de ser' da pessoa e representa um 'deficit que atinge o bem-estar integral do sujeito*” (cf. CARLOS FERNÁNDEZ SESSAREGO, citado em obra de YUSSEF SAID CAHALI ²).

Nesse sentido o pedido de indenização pelo valor de R\$ 20.000,00 se afigura a este Juízo justo, atento ao grau de culpa da ré e à sua condenação econômica, porquanto não obstante se afirme pobre (*vide certidão de fls. 109*), tem condição de manter em seu patrimônio um veículo automotor, o qual mantém e efetivamente utiliza, custeando as despesas daí decorrentes.

Além disso, o grau de culpa com que agiu a ré é relevante, impondo uma reprimenda mais severa.

O valor em questão deverá sofrer correção monetária pelos índices do INPC, e ainda juros de mora de 1% ao mês, a contar da data desta sentença.

A ré sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessas verbas enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré Sandra Mara Bezerra a pagar à autora LYRISS BRANDÃO STORTI NERES indenização por dano material no valor de R\$ 3.044,73 (*três mil e quarenta e quatro reais e setenta e três centavos*), acrescido correção monetária pelos índices do INPC, a contar da data dos respectivos desembolsos, como ainda juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação; CONDENO a ré Sandra Mara Bezerra a pagar à autora LYRISS BRANDÃO STORTI NERES indenização por dano moral no valor de R\$ 20.000,00 (*vinete mil reais*), acrescido de correção monetária pelos índices do INPC, e ainda juros de mora de 1% ao mês, a contar da data desta sentença, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da soma das condenações, atualizado, prejudicada a execução dessas verbas enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 20 de novembro de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

² YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, p. 188.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min